

Termo de Referência 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	200346-SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA	ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA	05/02/2024 16:16 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08255.000417/2024-78

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de produtos químicos, vidrarias e equipamentos de laboratório, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e outros equipamentos em geral para o laboratório de química forense do SETEC/SR/PF/BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	342546	LUVA PROTEÇÃO, MATERIAL 100% FIBRA ARAMIDA, TAMANHO ÚNICO, TIPO 5 DEDOS, APLICAÇÃO PROTEÇÃO TÉRMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE A TEMPERATURA ATÉ 230 °C, FORMATO ANATÔMICO	PAR	2	R\$ 173,25	R\$ 346,50
2	409502	TUBO LABORATÓRIO, TIPO NESSLER, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO CHATO, CAPACIDADE 25 ML, ACESSÓRIOS COM 2 TRAÇOS, ADICIONAL SEM ORLA, FORMA ALTA	UND	10	R\$ 58,72	R\$ 587,20
3	409424	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL VIDRO INCOLOR, CAPACIDADE 125 ML, TIPO BOCA BOCA ESTREITA, TIPO TAMPA ROLHA DE VIDRO	UND	10	R\$ 30,58	R\$ 305,80
4	408690	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 10 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	250	R\$ 0,21	R\$ 52,50
5	408692	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 1000 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	500	R\$ 0,27	R\$ 135,00
6	408329	PAPEL DE FILTRO, TIPO QUANTITATIVO, DIÂMETRO CERCA DE 100 MM, TIPO FILTRAÇÃO FILTRAÇÃO MÉDIA	UND	500	R\$ 0,4994	R\$ 249,70
		TERMÔMETRO, TIPO ANALÓGICO, FAIXA				

7	456177	MEDIÇÃO TEMPERATURA - 10 A + 250 °C, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, ELEMENTO EXPANSÃO LÍQUIDO AVERMELHADO, MATERIAL VIDRO, PRECISÃO +/- 1 °C	UND	2	R\$ 115,17	R\$ 230,34
8	453319	BASTÃO LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 5 X 20MM	UND	10	R\$ 7,44	R\$ 74,40
9	427147	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, ADICIONAL RAIADO, TIPO HASTE HASTE LONGA	UND	3	R\$ 60,84	R\$ 182,52
10	420829	ESPÁTULA - Material: Aço Inox, Formato: Chata Com Colher, Comprimento: Cerca De 10 CM	UND	10	R\$ 13,30	R\$ 133,00
11	409381	ESPÁTULA Material: Arame De Aço Inox, Formato: Colher Dupla, Comprimento: Cerca De 15 CM	UND	5	R\$ 25,10	R\$ 125,50
12	277319	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO 10 VOLUMES	FRASCO 00000100,00 ML	1	R\$ 5,85	R\$ 5,85
13	271052	BICARBONATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ	EMBALAGEM 00000100,00 G	2	R\$ 7,15	R\$ 14,30
14	245334	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 8 POL, ALTURA: 2 POL, ABERTURA MALHAS: 0,250 M	UND	2	R\$ 267,87	R\$ 535,74
15	408631	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME AJUSTÁVEL 1000 - 5000 UL TIPO: MONOCANAL; MECÂNICA; COM AJUSTE DE VOLUME REGULÁVEL; COM EJETOR METÁLICO DE PONTEIRA DESCARTÁVEL DO CORPO DA PIPETA; COM SUPORTE. COM INCREMENTOS DE ESCALA DE NO MÁXIMO 100 µL, PRECISÃO: MENOR OU IGUAL A 5µL / 0,5% - EXATIDÃO: ± 5µL / ± 1,8% - PISTÃO EM AÇO INOX 316 ALTAMENTE POLIDO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO A SECO (ISENTO DE LUBRIFICANTE OU GRAXA) PARA ELIMINAR RISCOS DE CONTAMINAÇÃO - VOLUME CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL TANTO PELO VOLÚMETRO QUANTO PELO BOTÃO SUPERIOR.	UND	1	R\$ 273,66	R\$ 273,66
16	408693	PONTEIRA EM PLÁSTICO, BRANCA, 5000 UL. SEM FILTRO; NÃO ESTÉRIL; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE A AUTOCLAVAGEM A 121 °C A UNIDADE REFERE-SE AO PACOTE COM 1.000 UNIDADES	UND	1	R\$ 211,78	R\$ 211,78
17	409032	TUBO DE ENSAIO PEQUENO Tipo: Ensaio, Material: Vidro, Tipo Fundo: Fundo Redondo, Dimensões: Cerca De 10 X 100 MM, Adicional: Sem Orla	UN	1000	R\$ 0,66	R\$ 660,00
18	376255	NITROGÊNIO LÍQUIDO Nome: Nitrogênio Líquido, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado, Fórmula Química: N2, Massa Molecular: 28,96 G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V, Característica Adicional: Uso Industrial, Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Entrega de forma fracionada, conforme demanda;	L	500	R\$ 20,38	R\$ 10.190,00
19	391508	ARGÔNIO - Nome: Argônio, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: Ar, Massa Molecular: 39,94 G /MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999%, Característica Adicional: Grau Analítico, Número De Referência Química: Cas 7440-37-1.	m³	10	R\$ 199,70	R\$ 1.997,00

		O cilindro deve estar sujeito ao regime de comodato gratuito.				
20	439727	SERINGA - Material: Polipropileno, Capacidade: 3 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha, Adicional: Graduada, Numerada, Princípio Ativo: C/ Solução Salina, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual	UND	1000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
21	434218	MICROTUBO Material: Polipropileno, Capacidade: 1,5 ML, Tipo Tampa: Tampa Pressão Chata, Tipo Fundo: Fundo Cônico, Característica Adicional: Apirogênico, Livre De Dnase E Rnase	UND	1000	R\$ 0,33	R\$ 330,00
22	606502	ESTOJO ESTPÁTULAS Aplicação: P/ organização e esterilização de espátulas, Material: Aço Inoxidável, Apresentação: Placa De Alumínio Cerca De 20x10x05cm 72 Furos	UND	6	R\$ 66,86	R\$ 401,16
23	414332	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 100 ML	UN	40	R\$ 2,35	R\$ 94,00
24	420097	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 30 ML	UN	50	R\$ 3,25	R\$ 162,50
25	444808	CICLOHEXANO Aspecto Físico: Líquido Claro, Incolor, Odor Característico, Peso Molecular: 84,16 G/MOL, Fórmula Química: C6h12, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,7%, Característica Adicional: Reagente P/ Hplc, Número De Referência Química: Cas 110-82-7	L	2	R\$ 83,20	R\$ 166,40
26	413647	PLACA LABORATÓRIO Tipo: P/ Cromatografia Camada Delgada, Material: Alumínio, Adicional: Com Silica Gel, Dimensões: Cerca De 20 X 20 CM	UND	50	R\$ 48,156	R\$ 2.407,80
27	455080	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 9 CM, Largura: 6 CM, Transmitância: Transparente	PC COM 100 UND	30	R\$ 28,05	R\$ 841,50
28	444822	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 8,5 CM, Transmitância: Transparente.	PC COM 100 UND	30	R\$ 20,37	R\$ 611,10
29	444821	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 20 CM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	10	R\$ 41,98	R\$ 419,80
30	454423	SACO ZIP LOCK Material: Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 40 MM, Largura: 40 MM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	30	R\$ 2,75	R\$ 82,50

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio do Compras Governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.6. A Contratada, **à suas expensas, deverá entregar os produtos**, de acordo com a descrição do item constante neste Termo de Referência.

1.7. - Os Objetos desta contratação deverão ser entregues no seguinte endereço:

Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia - SR/PF/BA

Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, Salvador/BA - CEP: 40.460-130

1.8. O item 18 será entregue de forma fracionada, de acordo com as necessidades do setor demandante.

1.9. O cilindro associado ao item 52 deverá ser fornecido em regime de comodato, sem custos adicionais por sua utilização.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) DFD 46/2022, 63/2022, 150/2022, 164/2022, 165/2022

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; e

4.1.2. os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do envio da Nota de Empenho, a ser realizado pelo contratante ao e-mail do fornecedor cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos. CEP 40460-001. Nos seguintes horários: de segunda à quinta-feira de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 16:30h, e nas sextas-feiras de 08:00h às 11:30h.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia para os itens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações

contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. Não serão aceitas as cessões de crédito não fiduciárias.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM..

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto poderá ser integral ou parcelado, conforme as demandas da Contratante e por meio de emissão de nota de empenho de despesa.

8.2.1. para cada Nota de Empenho de Despesa, a entrega será integral e imediata, respeitado o prazo de entrega constante do item 5.1. deste termo de referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.397,55

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 22.397,55 (vinte e dois mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10. Adequação orçamentária

11. Dotação exercícios subsequentes

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/02/2024 às 16:16:44.

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08255.000487/2024-26

2. Descrição da necessidade

Os materiais requisitados desempenham papel fundamental na manutenção da eficácia operacional do Laboratório de Química Forense do SETEC/SR/PF/BA. A aquisição dos itens identificados neste estudo técnico preliminar é de suma importância para garantir o funcionamento contínuo dos laboratórios, tanto os de análises químicas convencionais quanto os equipados com instrumentação especializada, durante os próximos dois anos. Esses materiais compreendem vidrarias essenciais para a condução de atividades práticas, reagentes específicos cruciais para análises forenses e equipamentos de segurança individual essenciais para a integridade dos profissionais que atuam nesse ambiente. Portanto, é necessário proceder com a aquisição desses materiais, visando a assegurar a eficiência das operações laboratoriais nos anos de 2024 e 2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETEC/SR/PF/BA	Rosa Maria Pastor de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O fornecedor contratado deverá atender aos critérios e especificações informados no Termo de Referência (medidas, quantidades e fornecimento dentro do prazo). Fornecendo os itens em até 30 DIAS CORRIDOS, contados do recebimento da Nota de Empenho, e dentro do prazo de validade e não sendo permitida a entrega do produto com menos de 75% do período de validade, contados a partir da data de fabricação. A empresa deverá, quando aplicável, adotar políticas de sustentabilidade ambiental na escolha de seus materiais e serviços. Os materiais devem ser fornecidos em embalagens hermeticamente fechadas e protegidas da luz. Devendo vir acompanhados de ficha técnica de segurança e normas de acondicionamento e do Laudo do Fabricante com no mínimo a especificação constante no Termo de Referência. Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Os materiais só poderão ser entregues em dias úteis e dentro do horário comercial.

5. Levantamento de Mercado

Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas na Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020.

O artigo 5º da Instrução Normativa n.º 73/2020 dispõe:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, o incisos I em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência.

Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média e ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo como art. 6º da referida instrução normativa.

Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local das respectivas unidades, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

6. Descrição da solução como um todo

Trata-se de procedimento licitatório de Dispensa Eletrônica baseadas no artigo 75 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 para aquisição de materiais laboratoriais (REAGENTES, VIDRARIAS e EPIS) referentes a atender as demandas dos laboratórios de Química Forense da Superintendência de Polícia federal na Bahia durante o exercício de 2024 e 2025.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	342546	LUVA PROTEÇÃO, MATERIAL 100% FIBRA ARAMIDA, TAMANHO ÚNICO, TIPO 5 DEDOS, APLICAÇÃO PROTEÇÃO TÉRMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE A TEMPERATURA ATÉ 230 °C, FORMATO ANATÔMICO	PAR	2	R\$ 173,25	R\$ 346,50
2	409502	TUBO LABORATÓRIO, TIPO NESSLER, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO CHATO, CAPACIDADE 25 ML, ACESSÓRIOS COM 2 TRAÇOS, ADICIONAL SEM ORLA, FORMA ALTA	UND	10	R\$ 58,72	R\$ 587,20
3	409424	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL VIDRO INCOLOR, CAPACIDADE 125 ML, TIPO BOCA BOCA ESTREITA, TIPO TAMPA ROLHA DE VIDRO	UND	10	R\$ 30,58	R\$ 305,80

4	408690	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 10 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	250	R\$ 0,21	R\$ 52,50
5	408692	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 1000 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	500	R\$ 0,27	R\$ 135,00
6	408329	PAPEL DE FILTRO, TIPO QUANTITATIVO, DIÂMETRO CERCA DE 100 MM, TIPO FILTRAÇÃO FILTRAÇÃO MÉDIA	UND	500	R\$ 0,4994	R\$ 249,70
7	456177	TERMÔMETRO, TIPO ANALÓGICO, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA - 10 A + 250 °C, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, ELEMENTO EXPANSÃO LÍQUIDO AVERMELHADO, MATERIAL VIDRO, PRECISÃO +/- 1 ° C	UND	2	R\$ 115,17	R\$ 230,34
8	453319	BASTÃO LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 5 X 20MM	UND	10	R\$ 7,44	R\$ 74,40
9	427147	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, ADICIONAL RAIADO, TIPO HASTE HASTE LONGA	UND	3	R\$ 60,84	R\$ 182,52
10	420829	ESPÁTULA - Material: Aço Inox, Formato: Chata Com Colher, Comprimento: Cerca De 10 CM	UND	10	R\$ 13,30	R\$ 133,00
11	409381	ESPÁTULA Material: Arame De Aço Inox, Formato: Colher Dupla, Comprimento: Cerca De 15 CM	UND	5	R\$ 25,10	R\$ 125,50
12	277319	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO 10 VOLUMES	FRASCO 00000100,00 ML	1	R\$ 5,85	R\$ 5,85
13	271052	BICARBONATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ	EMBALAGEM 00000100,00 G	2	R\$ 7,15	R\$ 14,30
14	245334	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 8 POL, ALTURA: 2 POL, ABERTURA MALHAS: 0,250 M	UND	2	R\$ 267,87	R\$ 535,74
15	408631	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME AJUSTÁVEL 1000 - 5000 UL TIPO: MONOCANAL; MECÂNICA; COM AJUSTE DE VOLUME REGULÁVEL; COM EJETOR METÁLICO DE PONTEIRA DESCARTÁVEL DO CORPO DA PIPETA; COM SUPORTE. COM INCREMENTOS DE ESCALA DE NO MÁXIMO 100 µL, PRECISÃO: MENOR OU IGUAL A 5µL / 0,5% - EXATIDÃO: ± 5µL / ± 1,8% - PISTÃO EM AÇO INOX 316 ALTAMENTE POLIDO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO A SECO (ISENTO DE LUBRIFICANTE OU GRAXA) PARA ELIMINAR RISCOS DE CONTAMINAÇÃO - VOLUME CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL TANTO PELO VOLÚMETRO QUANTO PELO BOTÃO SUPERIOR.	UND	1	R\$ 273,66	R\$ 273,66
16	408693	PONTEIRA EM PLÁSTICO, BRANCA, 5000 UL. SEM FILTRO; NÃO ESTÉRIL; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE A AUTOCLAVAGEM A 121 °C A UNIDADE REFERE-SE AO PACOTE COM 1.000 UNIDADES	UND	1	R\$ 211,78	R\$ 211,78
17	409032	TUBO DE ENSAIO PEQUENO Tipo: Ensaio, Material: Vidro, Tipo Fundo: Fundo Redondo, Dimensões: Cerca De 10 X 100 MM, Adicional: Sem Orla	UN	1000	R\$ 0,66	R\$ 660,00
		NITROGÊNIO LÍQUIDO Nome: Nitrogênio Líquido, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado, Fórmula Química: N2, Massa Molecular: 28,96 G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V, Característica				R\$

18	376255	Adicional: Uso Industrial, Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Entrega de forma fracionada, conforme demanda;	L	500	R\$ 20,38	10.190,00
19	391508	ARGÔNIO - Nome: Argônio, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: Ar, Massa Molecular: 39,94 G /MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999%, Característica Adicional: Grau Analítico, Número De Referência Química: Cas 7440-37-1. O cilindro deve estar sujeito ao regime de comodato gratuito.	m ³	10	R\$ 199,70	R\$ 1.997,00
20	439727	SERINGA - Material: Polipropileno, Capacidade: 3 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha, Adicional: Graduada, Numerada, Princípio Ativo: C/ Solução Salina, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual	UND	1000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
21	434218	MICROTUBO Material: Polipropileno, Capacidade: 1,5 ML, Tipo Tampa: Tampa Pressão Chata, Tipo Fundo: Fundo Cônico, Característica Adicional: Apirogênico, Livre De Dnase E Rnase	UND	1000	R\$ 0,33	R\$ 330,00
22	606502	ESTOJO ESTPÁTULAS Aplicação: P/ organização e esterilização de espátulas, Material: Aço Inoxidável, Apresentação: Placa De Alumínio Cerca De 20x10x05cm 72 Furos	UND	6	R\$ 66,86	R\$ 401,16
23	414332	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 100 ML	UN	40	R\$ 2,35	R\$ 94,00
24	420097	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 30 ML	UN	50	R\$ 3,25	R\$ 162,50
25	444808	CICLOHEXANO Aspecto Físico: Líquido Claro, Incolor, Odor Característico, Peso Molecular: 84,16 G/MOL, Fórmula Química: C6h12, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,7%, Característica Adicional: Reagente P/ Hplc, Número De Referência Química: Cas 110-82-7	L	2	R\$ 83,20	R\$ 166,40
26	413647	PLACA LABORATÓRIO Tipo: P/ Cromatografia Camada Delgada, Material: Alumínio, Adicional: Com Silica Gel, Dimensões: Cerca De 20 X 20 CM	UND	50	R\$ 48,156	R\$ 2.407,80
27	455080	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 9 CM, Largura: 6 CM, Transmitância: Transparente	PC COM 100 UND	30	R\$ 28,05	R\$ 841,50
28	444822	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 8,5 CM, Transmitância: Transparente.	PC COM 100 UND	30	R\$ 20,37	R\$ 611,10
29	444821	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 20 CM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	10	R\$ 41,98	R\$ 419,80
30	454423	SACO ZIP LOCK Material: Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 40 MM, Largura: 40 MM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	30	R\$ 2,75	R\$ 82,50

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.397,55

O valor da contratação foi estimado por meio de cotação anexa aos autos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja vista se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratação do da Polícia Federal na Bahia, o que demonstra o alinhamento entre a contratação e o planejamento interno do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição destes itens tem como objetivo assegurar a operação essencial dos laboratórios de Química Forense do SETEC/SR /PF/BA, por meio do fornecimento de materiais de consumo que garantam a execução segura e eficaz das atividades periciais.

13. Providências a serem Adotadas

Por serem itens laboratoriais básicos, não há a necessidade de adequações de locais, pois os laboratórios já utilizam esse tipo de material, os materiais estão sendo adquiridos para a reposição de estoque.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A produção dessas substâncias envolve o uso de solventes e reagentes em sistema fechado, os quais deverão ser coletados em bombonas próprias e posteriormente armazenados para serem incinerados por uma empresa especializada, permitindo o correto descarte, para evitar impactos ambientais ao solo e ao ar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Conforme apresentado neste ETP, não há impeditivos, elementos extraordinários ou ressalvas que inviabilizem, no todo ou em parte, a aquisição do bem almejado, considerando viável este planejamento

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Itens da Dispensa

19/02/2024 12:20:52

Órgão: 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL UASG Responsável: 200346 - SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA
 Modalidade de Compra: Dispensa de Licitação Nº da Compra: 00036/2023 Lei: Lei nº 14.133/2021 Artigo: Art. 75º Inciso: II
 Compra Com Disputa: Sim Id contratação PNCP: 00394494000136-1-000765/2023 Participação Preferencial de ME/EPP: Sim
 Percentual de enquadramento da instituição: 10 %
 Quant. Informada de Itens: 72 Itens Incluídos: 72 Itens Cancelados: 30

Filtro

Nº do Item Descrição do Item

Apenas Itens Cancelados

Pesquisar Limpar

Nº do Item	Tipo de Item (*)	Item	Situação do Item na Compra	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Total (R\$)	Consistente?	Ação
8	M	342546 - Luva Proteção	Cancelado	2	Par	346,50	-	Visualizar
9	M	409502 - Tubo Laboratório	Cancelado	10	Unidade	587,20	-	Visualizar
12	M	409424 - Frasco Laboratório	Cancelado	10	Unidade	305,80	-	Visualizar
13	M	408690 - Ponteira Laboratório	Cancelado	250	Unidade	52,50	-	Visualizar
14	M	408692 - Ponteira Laboratório	Cancelado	500	Unidade	135,00	-	Visualizar
16	M	408329 - Papel De Filtro	Cancelado	500	Unidade	249,70	-	Visualizar
20	M	456177 - Termômetro	Cancelado	2	Unidade	230,34	-	Visualizar
21	M	453319 - Bastão Laboratório	Cancelado	10	Unidade	74,40	-	Visualizar
22	M	427147 - Funil Laboratório	Cancelado	3	Unidade	182,52	-	Visualizar
24	M	420829 - Espátula Laboratório	Cancelado	10	Unidade	133,00	-	Visualizar
25	M	409381 - Espátula Laboratório	Cancelado	5	Unidade	125,50	-	Visualizar
33	M	277319 - Peróxido De Hidrogênio (Água Oxigenada)	Cancelado	1	Frasco 100 ML	5,85	-	Visualizar
37	M	271052 - Bicarbonato De Sódio	Cancelado	2	Embalagem 100 G	14,30	-	Visualizar
38	M	245334 - Peneira Granulométrica	Cancelado	2	Unidade	535,74	-	Visualizar
46	M	408631 - Micropipeta	Cancelado	1	Unidade	273,66	-	Visualizar
47	M	408693 - Ponteira Laboratório	Cancelado	1	Unidade	211,78	-	Visualizar
50	M	409032 - Tubo Laboratório	Cancelado	1.000	Unidade	660,00	-	Visualizar
51	M	376255 - Gás Comprimido	Cancelado	500	Litro	10.190,00	-	Visualizar
52	M	391508 - Gás Comprimido	Cancelado	10	Metro Cúbico	1.997,00	-	Visualizar
54	M	439727 - Seringa	Cancelado	1.000	Unidade	570,00	-	Visualizar

30 registros encontrados, exibindo do 1º ao 20º. 1 2



Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Pedido de Cotação Eletrônica

Itens da Dispensa

19/02/2024 12:21:31

Órgão: 30108 - DEPARTAMENTO DE POLICIA FEDERAL UASG Responsável: 200346 - SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA

Modalidade de Compra: Dispensa de Licitação Nº da Compra: 00036/2023 Lei: Lei nº 14.133/2021 Artigo: Art. 75º Inciso: II

Compra Com Disputa: Sim Id contratação PNCP: 00394494000136-1-000765/2023 Participação Preferencial de ME/EPP: Sim

Percentual de enquadramento da instituição: 10 %

Quant. Informada de Itens: 72 Itens Incluídos: 72 Itens Cancelados: 30

Filtro

Nº do Item Descrição do Item

Apenas Itens Cancelados

Pesquisar Limpar

Nº do Item	Tipo de Item (*)	Item	Situação do Item na Compra	Quantidade	Unidade de Fornecimento	Valor Total (R\$)	Consistente?	Ação
56	M	434218 - Microtubo	Cancelado	1.000	Unidade	330,00	-	Visualizar
58	M	606502 - Acessórios - Uso Odontológico	Cancelado	6	Unidade	401,16	-	Visualizar
59	M	414332 - Frasco Conta-Gotas	Cancelado	40	Unidade	94,00	-	Visualizar
60	M	420097 - Frasco Conta-Gotas	Cancelado	50	Unidade	162,50	-	Visualizar
63	M	444808 - Ciclohexano	Cancelado	2	Litro	166,40	-	Visualizar
68	M	413647 - Placa Laboratório	Cancelado	50	Unidade	2.407,80	-	Visualizar
69	M	455080 - Saco	Cancelado	30	Pacote 100 UN	841,50	-	Visualizar
70	M	444822 - Saco	Cancelado	30	Pacote 100 UN	611,10	-	Visualizar
71	M	444821 - Saco	Cancelado	10	Pacote 100 UN	419,80	-	Visualizar
72	M	454423 - Saco	Cancelado	30	Pacote 100 UN	82,50	-	Visualizar

30 registros encontrados, exibindo do 21º ao 30º. << 1 2 >>

(*) M - Material S - Serviço

Nova Pesquisa de Compras



Aviso de
CONTRATAÇÃO
DIRETA
90.001/2024

CONTRATANTE (UASG)

SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA (200346)

OBJETO

Contratação, por dispensa de licitação, de produtos químicos, vidrarias e equipamentos de laboratório, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e outros equipamentos em geral para o laboratório de química forense do SETEC/SR/PF/BA que foram cancelados (fracassados ou desertos) na Dispensa 36/2023, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 22.397,55

DATA DA SESSÃO

26/02/2024

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das 08h até 14h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS
NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Aviso de Contratação 2/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2024	200346-SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA	MICHELE CARVALHO SANTOS	20/02/2024 13:45 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	90124/2023	08255.000487/2024-26

1. Objeto da Contratação Direta

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA FEDERAL NA BAHIA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA COMPRA Nº 90.001/2024

(Número da contratação 200346.90124/2023 - Processo Administrativo n.º 08255.000487/2024-26)

Torna-se público que a Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia, por meio da CPL/SR/PF/BA, sediada Av. Engenheiro Oscar Pontes, Bairro: Água de Meninos 339, Cep:40.460-001, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento MENOR PREÇO na hipótese do art. 75, II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais normas aplicáveis.

Data da sessão: 26/02/2024

Horário da Fase de Lances: 08h às 14h

Link: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

Critério de Julgamento: menor preço

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, de produtos químicos, vidrarias e equipamentos de laboratório, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e outros equipamentos em geral para o laboratório de química forense do SETEC/SR/PF/BA que foram cancelados (fracassados ou desertos) na

Dispensa 36/2023, nos termos da **tabela do item 1.1 do Termo de Referência**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1.1. Faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. Registro de preços

Não se aplica este item

3. Participação na dispensa eletrônica

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicafe, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

3.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

- a. 1. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b. 2. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c. 3. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

- d. 4. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- e. 5. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;
- f. 6. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3.2. O disposto na alínea "c" aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

3.3.5. *sociedades cooperativas*.

3.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

4. Ingresso na Dispensa Eletrônica

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.2.1. O fornecedor NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

4.2.2. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

4.4.1. **A proposta deverá conter declaração** de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

4.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.9.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

4.9.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.9.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

4.9.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.10. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.11. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.12. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).

4.12.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.

4.12.2. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;

4.12.3. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.

4.12.4. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.

5. Fase de lances

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou percentual de *desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema*.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de aproximadamente 1% (um por cento) do valor de cada item.

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5.. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6.. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. Julgamento e aceitação das propostas

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas.

6.1.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo ou abaixo do desconto definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada dos documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, o pregoeiro verificará se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e nos itens 3.3 e seguintes deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. SICAF;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

6.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

6.6.3 Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, o gestor examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou que permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.9.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. Habilitação

7. HABILITAÇÃO

7.1.. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação, **nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021**, constam do Termo de Referência e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas máximas, a ser solicitado pelo pregoeiro sob pena de inabilitação. (art. 19, § 3º, da IN Seges/ME nº 67, de 2021).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.8. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.8.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

7.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.10. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.10.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

7.11. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

8. Ata de registro de preços

Não se aplica este item

9. Formação do cadastro de reserva

Não se aplica este item

10. Contratação

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato OU aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

10.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), disponibilização de acesso à sistema de processo eletrônico para esse fim ou outro meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento ou da disponibilização do acesso ao sistema de processo eletrônico.

10.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

10.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.4. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11. Infrações e sanções administrativas

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa o fornecedor que praticar quaisquer das hipóteses previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

11.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação direta sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a. 1. Advertência pela falta do subitem 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- b. 2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 11.1.1 a 11.1.12;

- c. 3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- d. 4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

11.4. Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

11.5. Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

11.10. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.11. as peculiaridades do caso concreto;

11.12. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.13. os danos que dela provierem para o Contratante;

11.14. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.15. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.16. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de

administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

11.17. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

11.18. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.19. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

12. Das disposições gerais

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

12.1.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

12.1.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

12.1.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

12.2. As providências dos subitens 12.1.1 e 12.1.2 também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.3. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.4. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.6. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.7. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.10. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.12.1 ANEXO I – Termo de Referência

12.12.1.2. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar

Data de assinatura digital

Assinatura da autoridade competente

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MICHELE CARVALHO SANTOS

Agente de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - SEI_08255.000487_2024_26.pdf (192.0 KB)

Anexo I - SEI_08255.000487_2024_26.pdf

Termo de Referência 4/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
4/2024	200346-SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA	ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA	05/02/2024 16:16 (v 1.0)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08255.000417/2024-78

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de produtos químicos, vidrarias e equipamentos de laboratório, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e outros equipamentos em geral para o laboratório de química forense do SETEC/SR/PF/BA, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	342546	LUVA PROTEÇÃO, MATERIAL 100% FIBRA ARAMIDA, TAMANHO ÚNICO, TIPO 5 DEDOS, APLICAÇÃO PROTEÇÃO TÉRMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE A TEMPERATURA ATÉ 230 °C, FORMATO ANATÔMICO	PAR	2	R\$ 173,25	R\$ 346,50
2	409502	TUBO LABORATÓRIO, TIPO NESSLER, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO CHATO, CAPACIDADE 25 ML, ACESSÓRIOS COM 2 TRAÇOS, ADICIONAL SEM ORLA, FORMA ALTA	UND	10	R\$ 58,72	R\$ 587,20
3	409424	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL VIDRO INCOLOR, CAPACIDADE 125 ML, TIPO BOCA BOCA ESTREITA, TIPO TAMPA ROLHA DE VIDRO	UND	10	R\$ 30,58	R\$ 305,80
4	408690	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 10 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	250	R\$ 0,21	R\$ 52,50
5	408692	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 1000 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	500	R\$ 0,27	R\$ 135,00
6	408329	PAPEL DE FILTRO, TIPO QUANTITATIVO, DIÂMETRO CERCA DE 100 MM, TIPO FILTRAÇÃO FILTRAÇÃO MÉDIA	UND	500	R\$ 0,4994	R\$ 249,70
		TERMÔMETRO, TIPO ANALÓGICO, FAIXA				

7	456177	MEDIÇÃO TEMPERATURA - 10 A + 250 °C, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, ELEMENTO EXPANSÃO LÍQUIDO AVERMELHADO, MATERIAL VIDRO, PRECISÃO +/- 1 °C	UND	2	R\$ 115,17	R\$ 230,34
8	453319	BASTÃO LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 5 X 20MM	UND	10	R\$ 7,44	R\$ 74,40
9	427147	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, ADICIONAL RAIADO, TIPO HASTE HASTE LONGA	UND	3	R\$ 60,84	R\$ 182,52
10	420829	ESPÁTULA - Material: Aço Inox, Formato: Chata Com Colher, Comprimento: Cerca De 10 CM	UND	10	R\$ 13,30	R\$ 133,00
11	409381	ESPÁTULA Material: Arame De Aço Inox, Formato: Colher Dupla, Comprimento: Cerca De 15 CM	UND	5	R\$ 25,10	R\$ 125,50
12	277319	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO 10 VOLUMES	FRASCO 00000100,00 ML	1	R\$ 5,85	R\$ 5,85
13	271052	BICARBONATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ	EMBALAGEM 00000100,00 G	2	R\$ 7,15	R\$ 14,30
14	245334	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 8 POL, ALTURA: 2 POL, ABERTURA MALHAS: 0,250 M	UND	2	R\$ 267,87	R\$ 535,74
15	408631	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME AJUSTÁVEL 1000 - 5000 UL TIPO: MONOCANAL; MECÂNICA; COM AJUSTE DE VOLUME REGULÁVEL; COM EJETOR METÁLICO DE PONTEIRA DESCARTÁVEL DO CORPO DA PIPETA; COM SUPORTE. COM INCREMENTOS DE ESCALA DE NO MÁXIMO 100 µL, PRECISÃO: MENOR OU IGUAL A 5µL / 0,5% - EXATIDÃO: ± 5µL / ± 1,8% - PISTÃO EM AÇO INOX 316 ALTAMENTE POLIDO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO A SECO (ISENTO DE LUBRIFICANTE OU GRAXA) PARA ELIMINAR RISCOS DE CONTAMINAÇÃO - VOLUME CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL TANTO PELO VOLÚMETRO QUANTO PELO BOTÃO SUPERIOR.	UND	1	R\$ 273,66	R\$ 273,66
16	408693	PONTEIRA EM PLÁSTICO, BRANCA, 5000 UL. SEM FILTRO; NÃO ESTÉRIL; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE A AUTOCLAVAGEM A 121 °C A UNIDADE REFERE-SE AO PACOTE COM 1.000 UNIDADES	UND	1	R\$ 211,78	R\$ 211,78
17	409032	TUBO DE ENSAIO PEQUENO Tipo: Ensaio, Material: Vidro, Tipo Fundo: Fundo Redondo, Dimensões: Cerca De 10 X 100 MM, Adicional: Sem Orla	UN	1000	R\$ 0,66	R\$ 660,00
18	376255	NITROGÊNIO LÍQUIDO Nome: Nitrogênio Líquido, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado, Fórmula Química: N2, Massa Molecular: 28,96 G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V, Característica Adicional: Uso Industrial, Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Entrega de forma fracionada, conforme demanda;	L	500	R\$ 20,38	R\$ 10.190,00
19	391508	ARGÔNIO - Nome: Argônio, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: Ar, Massa Molecular: 39,94 G /MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999%, Característica Adicional: Grau Analítico, Número De Referência Química: Cas 7440-37-1.	m³	10	R\$ 199,70	R\$ 1.997,00

		O cilindro deve estar sujeito ao regime de comodato gratuito.				
20	439727	SERINGA - Material: Polipropileno, Capacidade: 3 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha, Adicional: Graduada, Numerada, Princípio Ativo: C/ Solução Salina, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual	UND	1000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
21	434218	MICROTUBO Material: Polipropileno, Capacidade: 1,5 ML, Tipo Tampa: Tampa Pressão Chata, Tipo Fundo: Fundo Cônico, Característica Adicional: Apirogênico, Livre De Dnase E Rnase	UND	1000	R\$ 0,33	R\$ 330,00
22	606502	ESTOJO ESTPÁTULAS Aplicação: P/ organização e esterilização de espátulas, Material: Aço Inoxidável, Apresentação: Placa De Alumínio Cerca De 20x10x05cm 72 Furos	UND	6	R\$ 66,86	R\$ 401,16
23	414332	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 100 ML	UN	40	R\$ 2,35	R\$ 94,00
24	420097	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 30 ML	UN	50	R\$ 3,25	R\$ 162,50
25	444808	CICLOHEXANO Aspecto Físico: Líquido Claro, Incolor, Odor Característico, Peso Molecular: 84,16 G/MOL, Fórmula Química: C6h12, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,7%, Característica Adicional: Reagente P/ Hplc, Número De Referência Química: Cas 110-82-7	L	2	R\$ 83,20	R\$ 166,40
26	413647	PLACA LABORATÓRIO Tipo: P/ Cromatografia Camada Delgada, Material: Alumínio, Adicional: Com Silica Gel, Dimensões: Cerca De 20 X 20 CM	UND	50	R\$ 48,156	R\$ 2.407,80
27	455080	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 9 CM, Largura: 6 CM, Transmitância: Transparente	PC COM 100 UND	30	R\$ 28,05	R\$ 841,50
28	444822	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 8,5 CM, Transmitância: Transparente.	PC COM 100 UND	30	R\$ 20,37	R\$ 611,10
29	444821	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 20 CM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	10	R\$ 41,98	R\$ 419,80
30	454423	SACO ZIP LOCK Material: Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock, Hermético, Com Tarja, Altura: 40 MM, Largura: 40 MM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	30	R\$ 2,75	R\$ 82,50

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio do Compras Governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.6. A Contratada, **à suas expensas, deverá entregar os produtos**, de acordo com a descrição do item constante neste Termo de Referência.

1.7. - Os Objetos desta contratação deverão ser entregues no seguinte endereço:

Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia - SR/PF/BA

Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, Salvador/BA - CEP: 40.460-130

1.8. O item 18 será entregue de forma fracionada, de acordo com as necessidades do setor demandante.

1.9. O cilindro associado ao item 52 deverá ser fornecido em regime de comodato, sem custos adicionais por sua utilização.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) DFD 46/2022, 63/2022, 150/2022, 164/2022, 165/2022

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; e

4.1.2. os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do envio da Nota de Empenho, a ser realizado pelo contratante ao e-mail do fornecedor cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos. CEP 40460-001. Nos seguintes horários: de segunda à quinta-feira de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 16:30h, e nas sextas-feiras de 08:00h às 11:30h.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia para os itens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações

contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. Não serão aceitas as cessões de crédito não fiduciárias.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM..

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto poderá ser integral ou parcelado, conforme as demandas da Contratante e por meio de emissão de nota de empenho de despesa.

8.2.1. para cada Nota de Empenho de Despesa, a entrega será integral e imediata, respeitado o prazo de entrega constante do item 5.1. deste termo de referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.397,55

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 22.397,55 (vinte e dois mil, trezentos e noventa e sete reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10. Adequação orçamentária

11. Dotação exercícios subsequentes

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 05/02/2024 às 16:16:44.

Estudo Técnico Preliminar 4/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 08255.000487/2024-26

2. Descrição da necessidade

Os materiais requisitados desempenham papel fundamental na manutenção da eficácia operacional do Laboratório de Química Forense do SETEC/SR/PF/BA. A aquisição dos itens identificados neste estudo técnico preliminar é de suma importância para garantir o funcionamento contínuo dos laboratórios, tanto os de análises químicas convencionais quanto os equipados com instrumentação especializada, durante os próximos dois anos. Esses materiais compreendem vidrarias essenciais para a condução de atividades práticas, reagentes específicos cruciais para análises forenses e equipamentos de segurança individual essenciais para a integridade dos profissionais que atuam nesse ambiente. Portanto, é necessário proceder com a aquisição desses materiais, visando a assegurar a eficiência das operações laboratoriais nos anos de 2024 e 2025.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SETEC/SR/PF/BA	Rosa Maria Pastor de Oliveira

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O fornecedor contratado deverá atender aos critérios e especificações informados no Termo de Referência (medidas, quantidades e fornecimento dentro do prazo). Fornecendo os itens em até 30 DIAS CORRIDOS, contados do recebimento da Nota de Empenho, e dentro do prazo de validade e não sendo permitida a entrega do produto com menos de 75% do período de validade, contados a partir da data de fabricação. A empresa deverá, quando aplicável, adotar políticas de sustentabilidade ambiental na escolha de seus materiais e serviços. Os materiais devem ser fornecidos em embalagens hermeticamente fechadas e protegidas da luz. Devendo vir acompanhados de ficha técnica de segurança e normas de acondicionamento e do Laudo do Fabricante com no mínimo a especificação constante no Termo de Referência. Os materiais devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento. Os materiais só poderão ser entregues em dias úteis e dentro do horário comercial.

5. Levantamento de Mercado

Para a estimativa dos preços referenciais da contratação, foi utilizada como parâmetros as disposições contidas na Instrução Normativa SG/SEDGGD/ME n.º 73, de 5 de agosto de 2020.

O artigo 5º da Instrução Normativa n.º 73/2020 dispõe:

Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico gov.br/paineldeprescos, desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

A pesquisa de preço foi realizada utilizando-se, como parâmetros, o incisos I em conformidade com as disposições do supracitado normativo, para obtenção do preço de referência.

Foi utilizado como método para obtenção do preço estimado a média e ou mediana dos valores obtidos na pesquisa de preços, da qual incidiu sobre um conjunto de três ou mais preços de acordo como art. 6º da referida instrução normativa.

Na pesquisa de preços, foram observadas, também, as condições comerciais praticadas no mercado local das respectivas unidades, incluindo prazos e locais de entrega, fretes, garantias exigidas e marcas e modelos, quando for o caso.

6. Descrição da solução como um todo

Trata-se de procedimento licitatório de Dispensa Eletrônica baseadas no artigo 75 da Nova Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/2021 para aquisição de materiais laboratoriais (REAGENTES, VIDRARIAS e EPIs) referentes a atender as demandas dos laboratórios de Química Forense da Superintendência de Polícia federal na Bahia durante o exercício de 2024 e 2025.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	342546	LUVA PROTEÇÃO, MATERIAL 100% FIBRA ARAMIDA, TAMANHO ÚNICO, TIPO 5 DEDOS, APLICAÇÃO PROTEÇÃO TÉRMICA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS RESISTENTE A TEMPERATURA ATÉ 230 °C, FORMATO ANATÔMICO	PAR	2	R\$ 173,25	R\$ 346,50
2	409502	TUBO LABORATÓRIO, TIPO NESSLER, MATERIAL VIDRO, TIPO FUNDO FUNDO CHATO, CAPACIDADE 25 ML, ACESSÓRIOS COM 2 TRAÇOS, ADICIONAL SEM ORLA, FORMA ALTA	UND	10	R\$ 58,72	R\$ 587,20
3	409424	FRASCO LABORATÓRIO, TIPO REAGENTE, MATERIAL VIDRO INCOLOR, CAPACIDADE 125 ML, TIPO BOCA BOCA ESTREITA, TIPO TAMPA ROLHA DE VIDRO	UND	10	R\$ 30,58	R\$ 305,80

4	408690	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 10 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	250	R\$ 0,21	R\$ 52,50
5	408692	PONTEIRA LABORATÓRIO, MATERIAL POLIPROPILENO, CAPACIDADE ATÉ 1000 MCL, ESTERILIDADE* APIROGÊNICO, LIVRE DE DNASE E RNASE, TIPO USO* DESCARTÁVEL	UND	500	R\$ 0,27	R\$ 135,00
6	408329	PAPEL DE FILTRO, TIPO QUANTITATIVO, DIÂMETRO CERCA DE 100 MM, TIPO FILTRAÇÃO FILTRAÇÃO MÉDIA	UND	500	R\$ 0,4994	R\$ 249,70
7	456177	TERMÔMETRO, TIPO ANALÓGICO, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA - 10 A + 250 °C, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, ELEMENTO EXPANSÃO LÍQUIDO AVERMELHADO, MATERIAL VIDRO, PRECISÃO +/- 1 ° C	UND	2	R\$ 115,17	R\$ 230,34
8	453319	BASTÃO LABORATÓRIO, MATERIAL VIDRO, DIMENSÕES CERCA DE 5 X 20MM	UND	10	R\$ 7,44	R\$ 74,40
9	427147	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, ADICIONAL RAIADO, TIPO HASTE HASTE LONGA	UND	3	R\$ 60,84	R\$ 182,52
10	420829	ESPÁTULA - Material: Aço Inox, Formato: Chata Com Colher, Comprimento: Cerca De 10 CM	UND	10	R\$ 13,30	R\$ 133,00
11	409381	ESPÁTULA Material: Arame De Aço Inox, Formato: Colher Dupla, Comprimento: Cerca De 15 CM	UND	5	R\$ 25,10	R\$ 125,50
12	277319	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO 10 VOLUMES	FRASCO 00000100,00 ML	1	R\$ 5,85	R\$ 5,85
13	271052	BICARBONATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ	EMBALAGEM 00000100,00 G	2	R\$ 7,15	R\$ 14,30
14	245334	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 8 POL, ALTURA: 2 POL, ABERTURA MALHAS: 0,250 M	UND	2	R\$ 267,87	R\$ 535,74
15	408631	MICROPIPETA MONOCANAL VOLUME AJUSTÁVEL 1000 - 5000 UL TIPO: MONOCANAL; MECÂNICA; COM AJUSTE DE VOLUME REGULÁVEL; COM EJETOR METÁLICO DE PONTEIRA DESCARTÁVEL DO CORPO DA PIPETA; COM SUPORTE. COM INCREMENTOS DE ESCALA DE NO MÁXIMO 100 µL, PRECISÃO: MENOR OU IGUAL A 5µL / 0,5% - EXATIDÃO: ± 5µL / ± 1,8% - PISTÃO EM AÇO INOX 316 ALTAMENTE POLIDO, COM TECNOLOGIA DE VEDAÇÃO A SECO (ISENTO DE LUBRIFICANTE OU GRAXA) PARA ELIMINAR RISCOS DE CONTAMINAÇÃO - VOLUME CONTINUAMENTE AJUSTÁVEL TANTO PELO VOLÚMETRO QUANTO PELO BOTÃO SUPERIOR.	UND	1	R\$ 273,66	R\$ 273,66
16	408693	PONTEIRA EM PLÁSTICO, BRANCA, 5000 UL. SEM FILTRO; NÃO ESTÉRIL; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE A AUTOCLAVAGEM A 121 °C A UNIDADE REFERE-SE AO PACOTE COM 1.000 UNIDADES	UND	1	R\$ 211,78	R\$ 211,78
17	409032	TUBO DE ENSAIO PEQUENO Tipo: Ensaio, Material: Vidro, Tipo Fundo: Fundo Redondo, Dimensões: Cerca De 10 X 100 MM, Adicional: Sem Orla	UN	1000	R\$ 0,66	R\$ 660,00
		NITROGÊNIO LÍQUIDO Nome: Nitrogênio Líquido, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado, Fórmula Química: N2, Massa Molecular: 28,96 G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V, Característica				R\$

18	376255	Adicional: Uso Industrial, Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Entrega de forma fracionada, conforme demanda;	L	500	R\$ 20,38	10.190,00
19	391508	ARGÔNIO - Nome: Argônio, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: Ar, Massa Molecular: 39,94 G /MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999%, Característica Adicional: Grau Analítico, Número De Referência Química: Cas 7440-37-1. O cilindro deve estar sujeito ao regime de comodato gratuito.	m³	10	R\$ 199,70	R\$ 1.997,00
20	439727	SERINGA - Material: Polipropileno, Capacidade: 3 ML, Tipo Bico: Bico Central Luer Lock Ou Slip, Tipo Vedação: Êmbolo De Borracha, Adicional: Graduada, Numerada, Princípio Ativo: C/ Solução Salina, Esterilidade: Estéril, Descartável, Apresentação: Embalagem Individual	UND	1000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
21	434218	MICROTUBO Material: Polipropileno, Capacidade: 1,5 ML, Tipo Tampa: Tampa Pressão Chata, Tipo Fundo: Fundo Cônico, Característica Adicional: Apirogênico, Livre De Dnase E Rnase	UND	1000	R\$ 0,33	R\$ 330,00
22	606502	ESTOJO ESTPÁTULAS Aplicação: P/ organização e esterilização de espátulas, Material: Aço Inoxidável, Apresentação: Placa De Alumínio Cerca De 20x10x05cm 72 Furos	UND	6	R\$ 66,86	R\$ 401,16
23	414332	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 100 ML	UN	40	R\$ 2,35	R\$ 94,00
24	420097	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 30 ML	UN	50	R\$ 3,25	R\$ 162,50
25	444808	CICLOHEXANO Aspecto Físico: Líquido Claro, Incolor, Odor Característico, Peso Molecular: 84,16 G/MOL, Fórmula Química: C6h12, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,7%, Característica Adicional: Reagente P/ Hplc, Número De Referência Química: Cas 110-82-7	L	2	R\$ 83,20	R\$ 166,40
26	413647	PLACA LABORATÓRIO Tipo: P/ Cromatografia Camada Delgada, Material: Alumínio, Adicional: Com Silica Gel, Dimensões: Cerca De 20 X 20 CM	UND	50	R\$ 48,156	R\$ 2.407,80
27	455080	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 9 CM, Largura: 6 CM, Transmitância: Transparente	PC COM 100 UND	30	R\$ 28,05	R\$ 841,50
28	444822	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 8,5 CM, Transmitância: Transparente.	PC COM 100 UND	30	R\$ 20,37	R\$ 611,10
29	444821	SACO ZIP LOCK Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 14 CM, Largura: 20 CM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	10	R\$ 41,98	R\$ 419,80
30	454423	SACO ZIP LOCK Material: Material: Polietileno, Características Adicionais: Zip Lock,Hermético,Com Tarja, Altura: 40 MM, Largura: 40 MM, Transmitância: Transparente. Pacote com 100	PC COM 100 UND	30	R\$ 2,75	R\$ 82,50

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 22.397,55

O valor da contratação foi estimado por meio de cotação anexa aos autos.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

As compras deverão ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja vista se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está prevista no Plano Anual de Contratação do da Polícia Federal na Bahia, o que demonstra o alinhamento entre a contratação e o planejamento interno do órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A aquisição destes itens tem como objetivo assegurar a operação essencial dos laboratórios de Química Forense do SETEC/SR /PF/BA, por meio do fornecimento de materiais de consumo que garantam a execução segura e eficaz das atividades periciais.

13. Providências a serem Adotadas

Por serem itens laboratoriais básicos, não há a necessidade de adequações de locais, pois os laboratórios já utilizam esse tipo de material, os materiais estão sendo adquiridos para a reposição de estoque.

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA	EMPRESA	CNPJ	MELHOR PROPOSTA UNITÁRIO	VALOR PROPOSTA TOTAL	MANIFESTAÇÃO DEMANDANTE
18	NITROGÊNIO LÍQUIDO	NITROGÊNIO LÍQUIDO Nome: Nitrogênio Líquido, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado, Fórmula Química: N2, Massa Molecular: 28,96 G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V, Característica Adicional: Uso Industrial, Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Entrega de forma fracionada, conforme demanda;	500	R\$ 20,3800	R\$ 10.190,00	item deserto	item deserto	item deserto	item deserto	item deserto
19	ARGÔNIO	ARGÔNIO - Nome: Argônio, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: Ar, Massa Molecular: 39,94 G /MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999%, Característica Adicional: Grau Analítico, Número De Referência Química: Cas 7440-37-1. O cilindro deve estar sujeito ao regime de comodato gratuito.	10	R\$ 199,7000	R\$ 1.997,00	item deserto	item deserto	item deserto	item deserto	item deserto
25	CICLOHEXANO	CICLOHEXANO Aspecto Físico: Líquido Claro, Incolor, Odor Característico, Peso Molecular: 84,16 G/MOL, Fórmula Química: C6h12, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,7%, Característica Adicional: Reagente P/ Hplc, Número De Referência Química: Cas 110-82-7	2	R\$ 83,2000	R\$ 166,40	item deserto	item deserto	item deserto	item deserto	item deserto

TOTAL R\$ 12.353,40

Total proposta itens classificados R\$ 0,00

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR REFERÊNCIA UNITÁRIO	VALOR TOTAL DE REFERÊNCIA	EMPRESA	CNPJ	MELHOR PROPOSTA UNITÁRIO	VALOR PROPOSTA TOTAL	MANIFESTAÇÃO DEMANDANTE
6	PAPEL FILTRO	PAPEL DE FILTRO, TIPO QUANTITATIVO, DIÂMETRO CERCA DE 100 MM, TIPO FILTRAÇÃO FILTRAÇÃO MÉDIA	500	R\$ 0,4994	R\$ 249,70	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
7	TERMOMETRO	TERMÔMETRO, TIPO ANALÓGICO, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA - 10 A + 250 °C, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, ELEMENTO EXPANSÃO LÍQUIDO AVERMELHADO, MATERIAL VIDRO, PRECISÃO +/- 1 °C	2	R\$ 115,1700	R\$ 230,34	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
9	FUNIL	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, ADICIONAL RAIADO, TIPO HASTE HASTE LONGA	3	R\$ 60,8400	R\$ 182,52	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
10	ESPÁTULA	ESPÁTULA - Material: Aço Inox, Formato: Chata Com Colher, Comprimento: Cerca De 10 CM	10	R\$ 13,3000	R\$ 133,00	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
12	PEROXIDO HIDROGENIO	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO 10 VOLUMES	1	R\$ 5,8500	R\$ 5,85	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
13	BICARBONATO DE SÓDIO	BICARBONATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ	2	R\$ 7,1500	R\$ 14,30	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
14	PENEIRA	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 8 POL, ALTURA: 2 POL, ABERTURA MALHAS: 0,250 M	2	R\$ 267,8700	R\$ 535,74	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
16	PONTEIRA	PONTEIRA EM PLÁSTICO, BRANCA, 5000 UL. SEM FILTRO; NÃO ESTÉRIL; MATERIAL: POLIPROPILENO; RESISTENTE A AUTOCLAVAGEM A 121 °C A UNIDADE REFERE-SE AO PACOTE COM 1.000 UNIDADES	1	R\$ 211,7800	R\$ 211,78	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
22	ESTOJO ESTPÁTULAS	ESTOJO ESTPÁTULAS Aplicação: P/ organização e esterilização de espátulas, Material: Aço Inoxidável, Apresentação: Placa De Alumínio Cerca De 20x10x05cm 72 Furos	6	R\$ 66,8600	R\$ 401,16	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
23	CONTA-GOTAS	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 100 ML	40	R\$ 2,3500	R\$ 94,00	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO
24	FRASCO CONTA-	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 30 ML	50	R\$ 3,2500	R\$ 162,50	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO	FRACASSADO

TOTAL R\$ 2.220,89

Total proposta itens classificados R\$ 0,00

Termo de Referência 30/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
30/2024	200346-SUPERINTENDENCIA REG.DA POLICIA FEDERAL NA BA	ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA	10/05/2024 14:01 (v 2.0)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08255.000487/2024-26

1. Definição do objeto

1.1. Aquisição de produtos químicos, vidrarias e equipamentos de laboratório, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), e outros equipamentos em geral para o laboratório de química forense do SETEC/SR/PF/BA, dos itens desertos/fracassados das Dispensas de Licitação nº 36/2023 e nº 90.001/2024, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QNTD	Valor unitário estimado	Valor total estimado
6	408329	PAPEL DE FILTRO, TIPO QUANTITATIVO, DIÂMETRO CERCA DE 100 MM, TIPO FILTRAÇÃO FILTRAÇÃO MÉDIA	UND	500	R\$ 0,40	R\$ 200,45
7	456177	TERMÔMETRO, TIPO ANALÓGICO, FAIXA MEDIÇÃO TEMPERATURA - 10 A + 250 °C, APLICAÇÃO LABORATÓRIO, ELEMENTO EXPANSÃO LÍQUIDO AVERMELHADO, MATERIAL VIDRO, PRECISÃO +/- 1 °C	UND	2	R\$ 86,00	R\$ 172,00
9	427147	FUNIL LABORATÓRIO, TIPO USO ANALÍTICO, MATERIAL VIDRO, CAPACIDADE 250 ML, ADICIONAL RAIADO, TIPO HASTE HASTE LONGA	UND	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00
10	420829	ESPÁTULA - Material: Aço Inox, Formato: Chata Com Colher, Comprimento: Cerca De 10 CM	UND	10	R\$ 9,46	R\$ 94,60
12	277319	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO 10 VOLUMES	FRASCO 00000100,00 ML	1	R\$ 9,50	R\$ 9,50
13	271052	BICARBONATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO PÓ	EMBALAGEM 00000100,00 G	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00
14	245334	PENEIRA GRANULOMÉTRICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, DIÂMETRO: 8 POL, ALTURA: 2 POL, ABERTURA MALHAS: 0,250 M	UND	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00
16	408693	PONTEIRA EM PLÁSTICO, BRANCA, 5000 UL. SEM FILTRO; NÃO ESTÉRIL; MATERIAL:	UND	1	R\$	R\$

		POLIPROPILENO; RESISTENTE A AUTOCLAVAGEM A 121 °C A UNIDADE REFERE-SE AO PACOTE COM 1.000 UNIDADES			192,00	192,00
19	391508	ARGÔNIO - Nome: Argônio, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Fórmula Química: Ar, Massa Molecular: 39,94 G /MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,999%, Característica Adicional: Grau Analítico, Número De Referência Química: Cas 7440-37-1. O cilindro deve estar sujeito ao regime de comodato gratuito.	m ³	10	R\$ 153,13	R\$ 1531,26
22	606502	ESTOJO ESTPÁTULAS Aplicação: P/ organização e esterilização de espátulas, Material: Aço Inoxidável, Apresentação: Placa De Alumínio Cerca De 20x10x05cm 72 Furos	UND	6	R\$ 195,90	R\$ 1175,40
23	414332	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 100 ML	UN	40	R\$ 3,10	R\$ 124,00
24	420097	FRASCO CONTA-GOTAS Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 30 ML	UN	50	R\$ 1,73	R\$ 86,50
25	444808	CICLOHEXANO Aspecto Físico: Líquido Claro, Incolor, Odor Característico, Peso Molecular: 84,16 G/MOL, Fórmula Química: C6h12, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,7%, Característica Adicional: Reagente P/ Hplc, Número De Referência Química: Cas 110-82-7	L	2	R\$ 140,00	R\$ 280,00

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do envio da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sítio do Compras Governamentais (CATMAT) e as especificações constantes deste Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

1.6. A Contratada, **à suas expensas, deverá entregar os produtos**, de acordo com a descrição do item constante neste Termo de Referência.

1.7. - Os Objetos desta contratação deverão ser entregues no seguinte endereço:

Superintendência Regional da Polícia Federal na Bahia - SR/PF/BA

Av. Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos, Salvador/BA - CEP: 40.460-130

1.8. O item 18 será entregue de forma fracionada, de acordo com as necessidades do setor demandante.

1.9. O cilindro associado ao item 19 deverá ser fornecido em regime de comodato, sem custos adicionais por sua utilização.

2. Fundamentação da contratação

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) DFD 46/2022, 63/2022, 150/2022, 164/2022, 165/2022

3. Descrição da solução

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. os bens devem ser constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2; e

4.1.2. os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados a partir do envio da Nota de Empenho, a ser realizado pelo contratante ao e-mail do fornecedor cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida Engenheiro Oscar Pontes, 339, Água de Meninos. CEP 40460-001. Nos seguintes horários: de segunda à quinta-feira de 08:00h às 12:00h e de 13:30h às 16:30h, e nas sextas-feiras de 08:00h às 11:30h.

5.3. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a 12 (doze) meses.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia para os itens é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.6. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.6.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.6.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.6.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.6.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.6.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.7. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.7.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.13. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. Não serão aceitas as cessões de crédito não fiduciárias.

7.25. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO POR ITEM..

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto poderá ser integral ou parcelado, conforme as demandas da Contratante e por meio de emissão de nota de empenho de despesa.

8.2.1. para cada Nota de Empenho de Despesa, a entrega será integral e imediata, respeitado o prazo de entrega constante do item 5.1. deste termo de referência.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.815,45

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ R\$ 4.815,45 (quatro mil, oitocentos e quinze reais e quarenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante do item 1.1.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021; e

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

10. Adequação orçamentária

11. Dotação exercícios subsequentes

11.1. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA

Equipe de apoio



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC/SR/PF/BA

Assunto: **Informação**

Destino: **CPL/SELOG/SR/PF/BA**

Processo: **08255.000487/2024-26**

Interessado: SETEC/SR/PF/BA

1. Trata-se de compra direta na modalidade de DISPENSA SEM DISPUTA para aquisição de 14 itens desertos e fracassados em 2 disputas anteriores, nos termos do Despacho CPL/BA (SEI nº 34154481).
2. Ciente do Despacho SETEC/BA (SEI nº 35302564). Empresas listadas no item 2 estão **HABILITADAS**, conforme anexos: 35313175, 35363616 e 35313177.
3. Por se tratar de uma aquisição com muitos itens para laboratório, onde não foi encontrado fornecedor que forneça TODOS os itens, houve uma grande dificuldade, inclusive em sede de disputa, haja vista que muitos itens tem baixo valor e o custo de operacionalização e entrega ficou muito alto para os licitantes.
4. Diante das pesquisas de orçamentos do setor demandante, o valor total de compra direta é de **R\$ 4.728,50** ficou desta forma:

ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	CNPJ
19	ARGÔNIO	10M³	R\$ 153,13	R\$ 1.531,30	AIR LIQUIDE	003317880021-62
			TOTAL	R\$ 1.531,30	AIR LIQUIDE	003317880021-62
ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	CNPJ
9	FUNIL	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
14	PENEIRA	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
16	PONTEIRA	1	R\$ 192,00	R\$ 192,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
23	FRASCO CONTA- GOTAS	40	R\$ 3,10	R\$ 124,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
25	CICLOHEXANO	2	R\$ 140,00	R\$ 280,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
			TOTAL	R\$ 1.516,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	CNPJ

12	PEROXIDO HIDROGENIO	1	R\$ 9,50	R\$ 9,50	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
13	BICARBONATO DE SÓDIO	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
22	ESTOJO ESPÁTULA	6	R\$ 195,90	R\$ 1.175,40	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
7	TERMÔMETRO	2	R\$ 189,90	R\$ 379,80	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
24	BICARBONATO DE SÓDIO	50	R\$ 1,73	R\$ 86,50	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
			TOTAL	R\$ 1.681,20	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10

5. A Declaração de Disponibilidade Orçamentária - DDO 658/2024 (SEI nº 35223295) tem o valor de **R\$ 4.815,15**, o que torna viável a aquisição de todos os itens acima listados.

6. Há que se considerar a necessidade de aquisição de 14 (catorze) itens que restaram desertos/fracassados na disputa anterior e mesmo com a compra direta sem disputa somente foi logrado êxito para 11 (onze) itens, acima listados. Alguns itens ficaram acima do valor do TR, contudo em razão do tempo do primeiro orçamento e das condições de entrega somente as empresas acima elencadas mantem-se no interesse para a compra direta.

7. **Os 3 itens ainda sem orçamento e sem fornecedor interessado são os de número 6, 10 do Anexo Itens fracassados (SEI nº 34145226) e 18 do Anexo Itens desertos (SEI nº 34145214), que somam aproximadamente R\$ 10.572,70:**

ITEM	OBJETO	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
06	PAPEL FILTRO	PAPEL DE FILTRO, TIPO QUANTITATIVO, DIÂMETRO CERCA DE 100 MM, TIPO FILTRAÇÃO FILTRAÇÃO MÉDIA	500	R\$ 0,4994	R\$ 249,70
10	ESPÁTULA	ESPÁTULA - Material: Aço Inox, Formato: Chata Com Colher, Comprimento: Cerca De 10 CM	10	R\$ 13,30	R\$ 133,00
18	NITROGÊNIO LÍQUIDO	NITROGÊNIO LÍQUIDO Nome: Nitrogênio Líquido, Aspecto Físico: Incolor, Inodoro, Altamente Refrigerado, Fórmula Química: N2, Massa Molecular: 28,96 G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mín. 99,5% V/V, Característica Adicional: Uso Industrial, Número De Referência Química: Cas 7727-37-9 Entrega de forma fracionada, conforme demanda;	500	R\$ 20,38	R\$ 10.190,00
				TOTAL	R\$ 10.572,70

8. Ao DEMANDANTE para ciência.

9. Ao Chefe do SELOG/BA para autorização da COMPRA DIRETA SEM DISPUTA, em razão dos motivos já expostos, e em seguida ao ORDENADOR para RATIFICAÇÃO.

(Assinado eletronicamente)

MICHELE CARVALHO SANTOS
Escrivã de Polícia Federal
Mat. 10.077 - Classe Especial
AGENTE DE CONTRATAÇÃO/CPL/SELOG/SR/PF/BA



Documento assinado eletronicamente por **MICHELE CARVALHO SANTOS, Pregoeiro(a)**, em 18/05/2024, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35313194&crc=26084D32.
Código verificador: **35313194** e Código CRC: **26084D32**.

Referência: Processo nº 08255.000487/2024-26

SEI nº 35313194



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC/SR/PF/BA

Informação nº 35314629/2024-SETEC/SR/PF/BA

1. Informa-se a retificação da descrição do item 24 contido no despacho 35302564 e replicado no despacho 35313194. Conforme o Termo de Referência (35153449) e o orçamento (35309270) neste processo, o referido item **não se trata de bicarbonato de sódio, mas sim de FRASCO CONTA-GOTAS** (Material: Polietileno, Cor: Branco Leitoso, Capacidade: 30 ML). Esclarece-se que o ocorrido foi um erro material.
2. Informa-se, ainda, que os demais itens listados no despacho (35313194) para os quais não foram obtidos orçamentos serão adquiridos posteriormente.

Atenciosamente,

ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA
Perita Criminal Federal
Chefe Substituta do SETEC/SR/PF/BA



Documento assinado eletronicamente por **ROSA MARIA PASTOR DE OLIVEIRA, Chefe de Setor - Substituto(a)**, em 20/05/2024, às 09:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35314629&crc=507089B1.
Código verificador: **35314629** e Código CRC: **507089B1**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC/SR/PF/BA

Assunto: **Informação**

Destino: **CPL/SELOG/SR/PF/BA**

Processo: **08255.000487/2024-26**

Interessado: SETEC/SR/PF/BA

1. Ciente da informação SETEC/BA (SEI nº 35314629).
2. Corrigindo os itens para aquisição, conforme tabela abaixo, valor total de compra direta é de **R\$ 4.728,50** ficou desta forma:

ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	CNPJ
19	ARGÔNIO	10M³	R\$ 153,13	R\$ 1.531,30	AIR LIQUIDE	003317880021-62
			TOTAL	R\$ 1.531,30	AIR LIQUIDE	003317880021-62

ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	CNPJ
9	FUNIL	3	R\$ 160,00	R\$ 480,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
14	PENEIRA	2	R\$ 220,00	R\$ 440,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
16	PONTEIRA	1	R\$ 192,00	R\$ 192,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
23	FRASCO CONTA- GOTAS - 100ml	40	R\$ 3,10	R\$ 124,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
25	CICLOHEXANO	2	R\$ 140,00	R\$ 280,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78
			TOTAL	R\$ 1.516,00	INOVARLAB	32.484.006/0001-78

ITEM	OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	EMPRESA	CNPJ
12	PEROXIDO HIDROGENIO	1	R\$ 9,50	R\$ 9,50	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
13	BICARBONATO DE SÓDIO	2	R\$ 15,00	R\$ 30,00	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
22	ESTOJO ESPÁTULA	6	R\$ 195,90	R\$ 1.175,40	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10

7	TERMÔMETRO	2	R\$ 189,90	R\$ 379,80	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
24	FRASCO CONTA- GOTAS - 30ml	50	R\$ 1,73	R\$ 86,50	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10
			TOTAL	R\$ 1.681,20	MCCORRÊA	53.883.052/0001-10

3. À UPLAN/SELOG/BA - APF MAÍZE para controle do orçamento.
4. Ao Chefe do SELOG/BA para autorização da COMPRA DIRETA SEM DISPUTA, em razão dos motivos já expostos, e em seguida ao ORDENADOR para RATIFICAÇÃO.

(Assinado eletronicamente)
MICHELE CARVALHO SANTOS
 Escrivã de Polícia Federal
 Mat. 10.077 - Classe Especial
 AGENTE DE CONTRATAÇÃO/CPL/SELOG/SR/PF/BA



Documento assinado eletronicamente por **MICHELE CARVALHO SANTOS, Pregoeiro(a)**, em 20/05/2024, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35372023&crc=2AD7CE3D.
 Código verificador: **35372023** e Código CRC: **2AD7CE3D**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/BA

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO N.º 200346-90124/2023

08255.000487/2024-26

Desobrigo a Licitação de acordo com o disposto no **art.75, III, a, da Lei 14.133/21**.

JUSTIFICATIVA: O presente documento tem por objetivo solicitar a aquisição, por meio **Dispensa de Licitação sem disputa** de 14 itens desertos e fracassados em 2 disputas anteriores, nos termos do Despacho CPL/BA (SEI nº 34154481).

VALOR FINAL: Com base nas pesquisas de preço do mercado atual, o custo é de **R\$ 4.728,50**.

(assinado eletronicamente)
RODRIGO DUARTE GUIMARÃES
Delegado de Polícia Federal
Classe Especial - matrícula 9.538
SELOG/SR/PF/BA



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO DUARTE GUIMARAES, Chefe de Setor**, em 21/05/2024, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35373831&crc=A9FB327E.
Código verificador: **35373831** e Código CRC: **A9FB327E**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
UNIDADE DE PLANEJAMENTO - UPLAN/SELOG/SR/PF/BA

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO N.º 200346-90124/2023
08255.000487/2024-26

RATIFICO o Ato de Dispensa de Licitação, na forma prevista no art.72, VIII da **Lei 14.133/21**, praticado pelo Senhor Chefe do SELOG/SR/BA, visando a aquisição, por meio **Dispensa de Licitação sem disputa** de 14 itens desertos e fracassados em 2 disputas anteriores, nos termos do Despacho CPL/BA (SEI nº 34154481), conforme especificações constantes no **Termo de Referência 30/24 (35153449)**, pelo valor estimado de **R\$ 4.728,50** (quatro mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos), com base nas pesquisas de preço do mercado atual.

(assinado eletronicamente)

FLÁVIO MÁRCIO ALBERGARIA SILVA
Delegado de Polícia Federal
Superintendente Regional no Estado da Bahia
ORDENADOR DE DESPESA



Documento assinado eletronicamente por **FLAVIO MARCIO ALBERGARIA SILVA**, **Superintendente Regional**, em 22/05/2024, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35324066&crc=33E0A40F.
Código verificador: **35324066** e Código CRC: **33E0A40F**.